



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

MÁRCIO DONIZETTI ROCHA

**JOGOS COOPERATIVOS: ESTUDO DE
CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO FÍSICA
NO PROCESSO DA INCLUSÃO
ESCOLAR.**

Campinas
2006

MÁRCIO DONIZETTI ROCHA

**JOGOS COOPERATIVOS: ESTUDO DE
CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO FÍSICA
NO PROCESSO DA INCLUSÃO
ESCOLAR.**

**Monografia apresentada à Faculdade de
Educação Física da Universidade Estadual
de Campinas para conclusão do Curso de
Especialização Atividade Motora Adaptada.**

Orientador: José Julio Gavião de Almeida

**Campinas
2006**

000/1127
DA:
/UNICAMP
R582J
Ex.
/ 2981
D ☒
D. 11/00
21/09/06
383486

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA
BIBLIOTECA FEF - UNICAMP**

R582j

Rocha, Marcio Donizetti.

Jogos cooperativos: estudo de conteúdo da educação física no processo da inclusão escolar / Marcio Donizetti Rocha. - Campinas, SP: [s.n], 2006.

Orientador: Jose Julio Gavião de Almeida.

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

1. Inclusão. 2. Deficientes. 3. Ensino fundamental. I. Almeida, Jose Julio Gavião de. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que acreditam e lutam por uma Educação melhor.

**Dedico também ao Marcos e a Elizabeth Malagodi ,
secretária do curso de especialização da Unicamp.**

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus amigos, que contribuíram para a concretização desta monografia.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

PNE Pessoas com Necessidades Especiais

FEF Faculdade de Educação Física

UNICAMP Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE TABELAS

Tabela I	13
----------------	----

SUMÁRIO

1. Introdução	09
2. Jogos Cooperativos	10
3. Inclusão dos PNEs do Ensino Fundamental	16
4. A Inclusão dos PNEs nas aulas de Educação Física do Ensino Fundamental	19
5. Objetivo	24
6. Conclusões	25
7. Referências Bibliográficas	27

RESUMO

Sem dúvida alguma, é notório o acréscimo no índice de inclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas de ensino básico. Em decorrência deste fato não há como ignorar a importância dos jogos cooperativos, que se constituem em uma proposta pedagógica importante no sentido de contribuir para as aulas de Educação Física Escolar. Ressalte-se que o principal objetivo dos jogos cooperativos vem de encontro ao auxílio na relação entre os alunos, o que permite proporcionar uma aprendizagem motora adequada, contribuindo para que não se construa resultados onde haja maior atenção para os mais fortes ou habilitados em contrapartida aos mais fracos ou menos habilitados chegar aos mesmos resultados, diferentemente dos outros jogos, que separam os mais fortes dos mais fracos; os mais, dos menos habilitados. O objetivo dessa pesquisa foi identificar as teorias e ações que os jogos cooperativos podem propiciar para o desenvolvimento da inclusão dentro de um programa de Educação Física no Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Inclusão, Deficientes Físicos, Ensino Fundamental.

1. INTRODUÇÃO

Antes de abordar os jogos cooperativos, definiremos cooperação, visto ser isto indispensável essa busca para melhor compreendermos os objetivos desta modalidade de jogo.

Segundo Aurélio (1993), cooperação significa “ato ou efeito de cooperar; trabalhar em comum; colaborar; ajudar; auxiliar e colaborar”.

Entre os objetivos dos jogos cooperativos portanto, está a busca por uma educação mais humana, baseada em valores fundamentais que, de certa maneira, parecem fadados à extinção.

Uma das disciplinas a contribuir involuntária e expressivamente no sentido de procurar não levar a criança a viver de forma individualista, tornando-se uma criança de difíceis relações sociais, deveria ser a Educação Física escolar. Há anos, porém a disciplina, trabalha apenas com o desenvolvimento do físico. O resultado é que, com isso, por exemplo, o aluno gordo é excluído, não é bem-vindo, pois esteticamente, “não colabora para uma Educação Física saudável”. Por sua vez, os menos habilidosos são descartados para representar o colégio em competições, entre outras atividades. No mesmo pacote incluem-se os alunos com necessidades especiais que, nem mesmo chegam a colocar os pés em uma quadra de esportes. Afinal, é o pensamento corrente, o que eles podem fazer neste campo? Como resultado, na sociedade em que vivemos, o professor de Educação Física encontra-se preparado para servir apenas a um percentual privilegiado de pessoas “ditas normais”.

Depois de décadas, vivenciando essa realidade, alguns estudiosos, imbuídos de um grande sonho, mesclado com grande dose de humanidade e inquietude, sentiram a necessidade, agora premente, de mudar os conceitos da enraizada estrutura da “lei do mais forte”. E terminaram por descobrir, em nossa sociedade, os jogos cooperativos um conteúdo educativo e útil à nossa

sociedade, que levam pobres e ricos, fortes e fracos, deficientes ou não, a trabalharem juntos e em busca dos mesmos objetivos.

JOGOS COOPERATIVOS

Atualmente, são vários os jogos encontrados nas aulas de Educação Física Escolar, onde se inserem os jogos cooperativos.

Para Martini (2005), os jogos cooperativos são tidos como veículo facilitador de uma dinâmica, que permite aos participantes o acesso à participação efetiva e o desenvolvimento da consciência social, no qual o desafio comum, que é uma característica importante dos jogos cooperativos, aparece como pano de fundo na articulação coletiva.

Esse jogo contribui para o aluno aprender a viver, de forma efetiva, em sociedade. Ou seja, o aluno é orientado para conseguir algo para o bem comum, é levado a aprender a viver em sociedade, a juntar forças para conseguir os mesmos objetivos.

Sem dúvida alguma esta é uma contribuição e tanto, importantíssima mesmo para a formação de nossos alunos. Aprender a viver em sociedade é deveras complicado, principalmente quando é fácil constatar que os valores e a ética passam freqüentemente ao largo do ideal. Constata-se uma vivência baseada em valores extremos, onde a pessoa é valorizada pelo seu lado financeiro e não pelo velho e bom caráter, que só a boa educação e o tempo se encarregam de formar.

Trabalhar a consciência social do aluno é dar início à transformação dessa realidade, é também ensinar a valorizar a fala, as idéias, as vontades do outro, não de maneira passiva e inocente, mas através do diálogo obtido em conjunto, como afirma Delours 1996, “aprender a viver juntos”, isso é fundamental e necessário.

Para Velazques (1995), apud Callado (2002), p.10:

Jogos cooperativos são atividades coletivas, onde as metas dos participantes são compatíveis e onde não existe oposição entre as ações dos mesmos e somente se todos buscarem um objetivo comum, com independência é que desempenham o mesmo papel ou papéis complementares.

Para conseguir êxito nos jogos cooperativos é indispensável “entregar-se” ao outro para o alcance de um resultado comum. A princípio, parece fácil trilhar por esse caminho, daí a necessidade de se percorrer alguns caminhos para alcançar o objetivo proposto. Aprender a ouvir o próximo é mais uma das competências que o aluno tem de aprender a exercitar, dado que, sem essa prática chegará com mais dificuldade e levará mais tempo para desembocar nos resultados esperados.

E é a partir do momento que o aluno desenvolve essa habilidade que ele a usará para o resto de sua vida, dando importância fundamental para o viver bem, para o saber ouvir, e somente em seguida irá tomar decisões importantes, seja na vida social, pessoal ou profissional.

Os jogos cooperativos podem ser aplicados a qualquer idade, mas quanto mais cedo forem aplicados melhores serão os resultados atingidos.

Segundo Cortez, p.1, 1996:

Os jogos cooperativos ao propiciar atividades que valorizem as experiências, fantasias e desejos dos alunos, criam oportunidades para seu desenvolvimento físico, moral, intelectual e emocional, garantindo a formação de uma consciência social, crítica, solidária e democrática.

Sendo assim, essas experiências têm que ser vivenciadas desde o momento em que a criança inicia seu aprendizado sistematizado, pois os benefícios desses jogos são indispensáveis para sua formação, como diz o autor na frase acima citada.

É digna de nota a chamada para a consciência de solidariedade que os jogos cooperativos podem criar junto ao aluno. Há muito se fala sobre solidariedade, mas, muitas vezes, ela é expressa e vivenciada de forma pequena, mesquinha e não natural, como se prestar algo a alguém fosse um favor e, mais ainda, deixando de lado a aceitação do cidadão como ser humano.

Os jogos cooperativos estão diretamente ligados ao verdadeiro significado da palavra solidariedade, pois propicia a vivência em comum e transforma o aluno em um cidadão cômico dos seus deveres, obrigações e o leva para o caminho do bem.

Para Martini (2005), a introdução dos jogos cooperativos nas aulas de Educação Física, faz com que esta ganhe um significado maior, expresso no gesto de quem joga, amplia o sentido de interdependência e respeito mútuo e garante, assim, o bem estar de todos os envolvidos.

Outro benefício que os jogos cooperativos podem proporcionar está na esfera do preconceito.

Segundo Cortella (2004), “os valores e preconceitos, não têm evidências autônomas, dependem para realizar-se de humanos que os elaborem, atribuindo-lhes significados e dando-lhes suporte para sua manifestação”.

Sendo assim, o preconceito só existe com a participação de várias pessoas e é manifestado através de suas limitações. Ou seja, o preconceito só existe porque os valores encontrados no ser humano são tidos como verdadeiros, e se manifestam com a ajuda de pessoas que pensam e vivem de forma semelhante a aquela que deu partida ao preconceito, dando, assim, forças para a sua disseminação.

Ao globalizar todos os tipos de pessoas, sejam elas, negras e brancas; amarelas, deficientes ou não, Os jogos cooperativos trabalham com o a questão do preconceito, seja através da própria dinâmica do trabalho conjunto, como também através da própria via da educação, que aumenta horizontes e mostra ao aluno que o seu mundo não é único, que sua experiência de vida não pode ser limitada e, ao contrário, tem de viver intensamente outras experiências e realidades. O jogo cooperativo, sem dúvida alguma, traz, em seu bojo, todas as habilidades para se desenvolver em grupos primariamente heterogêneos.

Também os jogos cooperativos têm como objetivo trazer e levar adiante a própria alegria que se constitui o ato de jogar. Estar em um grupo, buscar e alcançar objetivos comuns, explorar e respeitar a parcela de contribuição de

cada aluno no jogo, o lúdico, tudo isto resulta em um grande sentimento de alegria.

Para Pimentel (2002), os jogos cooperativos são concebidos ou reformulados visando, além da fruição lúdica, uma experiência de irmandade, respeitando a idéia de comunidade, na qual todos participam das atividades

Para confirmar os benefícios encontrados através dos jogos cooperativos, será apresentada uma tabela, onde serão expostas as características dos jogos cooperativos, junto aos jogos competitivos.

Tabela 1

Categoria de comportamento	Orientação	Motivação Principal
Rivalidade competitiva	Anti-humanista	Dominar o outro. Impedir que os outros alcancem seu objetivo. Satisfação em humilhar o outro e assegurar que não atinja seus objetivos.
Disputa competitiva	Dirigida para um outro objetivo (contra os outros)	A competição contra os outros é um meio de atingir um objetivo mutuamente desejável, como ser o mais veloz, o melhor. O Objetivo é de importância primordial e o bem-estar dos outros competidores é secundária. A competição é, às vezes, orientada para a desvalorização dos outros.
Individualismo	Em direção ao ego	Perseguir um objetivo

		individual. Ter êxito. Dar o melhor de si. O foco está em realizações e desenvolvimento pessoais ou o aperfeiçoamento pessoal, sem referência competitiva ou cooperativa a outros.
Competição cooperativa	Em direção ao objetivo (levando em conta os outros)	O meio para se atingir um objetivo pessoal, que não seja mutuamente exclusivo, nem uma tentativa de desvalorizar ou destruir os outros. O bem-estar dos competidores é sempre mais importante do que o objetivo extrínseco pelo qual se compete.
Cooperação competitiva	Em direção ao objetivo (levando em conta os outros)	Alcançar um objetivo que necessita de trabalho conjunto e partilha. A cooperação com os outros é um meio para se alcançar um objetivo mutuamente desejado, e que é também compartilhado.
Auxílio cooperativo	Humanista-altruísta	Ajudar os outros a atingir seu objetivo. A cooperação e a ajuda são um fim em si mesmas, em vez de um meio para se atingir um fim. Satisfação em ajudar outras pessoas a alcançar objetivo.

Fonte: Teixeira, 2003, p.5

Com a ajuda da tabela, podemos avaliar também os benefícios que os jogos cooperativos podem proporcionar ao aluno, como por exemplo, o companheirismo, muitas vezes deixado de lado pelas pessoas, e o egoísmo, também em voga, dada a competitividade que, a cada dia, toma mais espaço na vida das pessoas.

Vivemos numa sociedade global onde está inserida a competição exacerbada, o individualismo e a dominação. E já não sabemos se o importante para as pessoas é o ser ou o ter. As distâncias entre os indivíduos ainda são grandes e significativas. Não podemos negar nossas dificuldades em viver numa sociedade globalizada. As distâncias diminuíram por conta da Internet, a velocidade e a quantidade de informações é cada vez maior (MATTOS, 2005,p.9).

Na tabela Percebe-se, portanto, que a escola precisa, cada vez mais, trabalhar com o relacionamento aluno versus aluno e o ajudar a entender a relevância do amor ao próximo, qualidades que, de certa forma estão sendo deixadas de lado pela globalização.

Segundo Lopes (2005, p.16):

... precisamos resgatar e valorizar atitudes e comportamentos mais humanos por meio de uma visão um pouco diferente da que estamos acostumados a ter quando realizamos o referido jogo da vida, de maneira, que possamos experimentar novas alternativas que é possível existir outros caminhos que possam ser incorporados de maneira espontânea e autêntica com a devida importância de sermos essencialmente, o que somos e valorizamos o que fazemos.

Os jogos cooperativos podem contribuir para a valorização e resgate de atitudes e comportamentos mais humanos.

Os jogos cooperativos vêm com a intenção de compartilhar, unir pessoas, despertar a coragem para correr riscos com pouca preocupação com o fracasso e sucesso em si mesmo. Eles reforçam a confiança em si mesmo e nos outros, e todos podem participar automaticamente, onde ganhar e perder são apenas referências para contínuo aperfeiçoamento pessoal e coletivo (BROTTO, 1997, p.16).

INCLUSÃO DOS PNEs NO ENSINO FUNDAMENTAL

Toda criança deve freqüentar a escola. Antigamente eram poucas as que estudavam, em particular as com necessidades especiais, que não tinham os mesmos direitos que as demais. Fontes (2003, p. 32) relata que:

Em 1600, época do Brasil-Colônia, o atendimento escolar começou a ser feito com um aluno portador de deficiência física em uma instituição especializada e particular, no Rio de Janeiro. Houve um hiato de mais de dois séculos até que o deputado Cornélio França, em 1835, apresentasse um projeto, logo arquivado, propondo a criação do cargo de professor de primeiras letras para o ensino de surdos-mudos, tanto no Rio de Janeiro quanto nas províncias.

Dessa forma, percebe-se que a criança de necessidade especial, vivia à margem da sociedade, não tinha direito ao estudo no mesmo local daquelas classificadas como “normais”. As escolas para surdos e mudos, por exemplo, eram não só precárias, como também insuficientes, visto que era considerável o número de pessoas com o problema. Segundo Fontes (2003, p.32), “Eram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos que, na época havia no Brasil um contingente de 15.848 cegos e 11.595 surdos”.

Apesar da precariedade de então, nem tudo pode ser encarado de forma negativa em relação à questão.

Segundo Fontes, 2003, p.32, a primeira escola da área, fundada no Rio de Janeiro, a Imperial Instituto de Surdos e Mudos, promoveu o primeiro Congresso de Instrução Pública no país, onde foram apresentadas sugestões de currículos e formação de professores para cegos e surdos.

Por seu turno, na década de 20, foram tomadas as primeiras medidas voltadas para as crianças com deficiência física e mental.

Foi a Reforma Francisco Campos / Mario Casassanta, instituída pelo Decreto-lei nº 7.870 A, de 15 de outubro de 1927 (Ensino Primário), que estabeleceu a obrigatoriedade de frequência à escola para crianças de 7 a 14 anos, podendo ser ampliada até 16 anos para os que não concluíssem o primário, aos 14 anos.

A primeira vista, essa reforma trouxe a impressão de que a inclusão estava ali sendo gerada. Mas, infelizmente, não foi isso o que aconteceu. Segundo Fontes (2003), “o decreto, porém, isentava as crianças que comprovadamente não tinham condições de estudar” (p.32). Isso demonstra que nem toda criança tinha esse direito assegurado pelo governo.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB,1961) não assegurava nem mesmo o direito de toda criança frequentar a escola. Em seu Artigo 30, essa lei, em seu parágrafo único, expressa que “constituem casos de isenção na frequência escolar, além de outros previstos em lei: a) comprovado estado de pobreza do pai ou responsável; b) insuficiência de escolas; c) matrícula encerrada; d) doença ou anomalia grave da criança”.

Foi somente depois de algumas décadas, que o governo, acordou para a necessidade de abrir o caminho da dignidade para esse público. A nova LDB (Lei n. 9394), de 20 de dezembro de 1996, diz no Capítulo da Educação Especial, artigo 58: que “entende-se por educação especial, para o efeito desta Lei que, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais.”

Comentando sobre os PPNEs no ensino regular, Fontes (2003, p.36) coloca que:

A expressão serviço de apoio especializado na escola regular, não visa ao atendimento exclusivo em classe especial ou classe comum, mas comporta intercâmbio entre o público e o privado através de projetos com apoios de órgãos nacionais e ou internacionais, dificultando a ocorrência de práticas segregadoras e anti-segregadoras (FONTES, 2003, p. 36).

A Lei n. 9394 vem de encontro aos objetivos da educação inclusiva. Pois trabalha com a criança deficiente e com as classificadas “normais”, formando um só grupo.

Segundo Ferreira (1998, apud Fontes, 2003), “a lei configura a perspectiva positiva de uma Educação Especial mais ligada à educação escolar e ao ensino público. Nesse sentido o texto preserva os avanços contidos no projeto de lei da Câmara Federal” (p.36).

Para que a escola comece a trabalhar a inclusão, é preciso que a mesma esteja preparada para receber a todos, sem distinção. Pois a dificuldade está em como receber e como trabalhar com as crianças deficientes.

A Educação, portanto, precisa ter alguns cuidados na identificação do aluno com dificuldades, de forma a evitar preconceito e discriminação, já que não são poucos os que são rotulados como crianças problemáticas, devido a expectativas irrealistas dos professores (OBIAKOR, 1999 apud FALSARELLA, 2002).

É preciso que a criança aprenda a conviver com a diversidade humana E é a própria escola que têm de dar o pontapé inicial para trabalhar essa idéia. Tudo para que, a partir desta nova realidade, a criança aprenda a ser mais humana, aprenda a valorizar as diferenças e coloque de escanteio o sentimento de pena por outrem.

A Educação Inclusiva é um dos caminhos possíveis para que países marcados por desigualdades sociais enfrentem problemas de exclusão social e educacional por meio das mudanças sugeridas a partir da inclusão de alunos com deficiência, no sistema regular de ensino. O respeito à diversidade é um dos pilares básicos da Educação Inclusiva (SANTOS, 2002, p.33).

Com certeza, é complicado trabalhar a inclusão em um sistema educativo deteriorado, que nada mais faz do que retratar a verdadeira situação do país, onde a desigualdade é gritante, com poucos com muito e muitos com pouco. Uma sociedade que valoriza o ter e não o ser. É preciso amenizar as diferenças sociais para o país ganhar um novo formato, mais justo e igualitário.

Não é por menos que Santos (2002, p.36), diz que “Promover Educação Inclusiva numa sociedade marcada pela exclusão não é uma tarefa fácil. O sistema educacional brasileiro possui uma discrepância, algumas reveladas estatisticamente, mas outras silenciadas institucionalmente”.

Apesar dos pesares, não se pode ignorar a luta do sistema educacional brasileiro em sua luta pela melhoria. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN,1997), aponta alguns objetivos relevantes ao Ensino Fundamental, que vem ao encontro da proposta de inclusão. Em um dos seus escritos apresenta:

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (PCN, 1997, p.4).

A Inclusão é importante para a sociedade ser mais feliz e humana, inserido aí o devido respeito à individualidade de cada um.

No Brasil, a inclusão das pessoas com necessidades especiais está engatinhando. Tem, muito ainda o que se fazer, nesse sentido, a própria sociedade tem que estar atenta a essa nova problemática.

No cenário educacional brasileiro, foco do nosso interesse, ainda persiste a confusão, a perplexidade e a insegurança do profissional da educação ao discutir a temática, seja através do viés de teorias, seja no viés da intervenção. Problema histórico, a educação institucional de pessoas deficientes, apesar de avanços significativos nos últimos 50 anos, não chega a trazer em seu bojo o vislumbre da inclusão social plena. O deficiente ainda não é vista sob a ótica de sua dimensão como cidadão, como pessoa detentora de direitos sociais, assim como também apto. a participar do cenário político e a ter acesso aos bens culturais, sejam eles simbólicos, ou instrumentais (OLIVEIRA, 2002,p.33).

A INCLUSÃO DOS PNES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL

A Educação Física constitui-se em disciplina que pode cooperar com a inclusão, mesmo porque a pessoa com deficiência também tem o direito de fazer

atividade física. É importante lembrar que a Educação Física escolar tem por objetivo desenvolver várias competências e não exclusivamente formar atletas.

Nos PCN (1997, pp.22-23) para as aulas de Educação Física no Ensino Fundamental, espera-se que o aluno seja capaz de:

- participar de atividades corporais, estabelecer relações equilibradas e construtivas com o outro, reconhecer e respeitar as características físicas e de desempenho de si próprio e do outro, sem incorrer no erro da discriminação baseada em características pessoais, físicas, sexuais, ou sociais;
- conhecer, valorizar, respeitar e desfrutar da pluralidade das manifestações de cultura do Brasil e do mundo, percebendo-as como recurso valioso para a integração entre pessoas e diferentes grupos sociais;
- solucionar problemas de ordem corporal em diferentes contextos, regulando e dosando o esforço em um nível compatível com as possibilidades, considerando que o aperfeiçoamento e o desenvolvimento das competências corporais decorrem de perseverança e regularidade e que devem ocorrer de modo saudável e equilibrado;
- conhecer a diversidade de padrões de saúde, beleza estética corporal que existem nos diferentes grupos sociais, compreender sua inserção dentro da cultura em que são produzidos, analisar criticamente os padrões divulgados pela mídia e evitar o consumismo e o preconceito;

Todos esses objetivos gerais inseridos nos PCN visam atender ao desenvolvimento de toda criança. Não importa se a criança é branca, ou negra, deficiente, ou não, rica ou pobre. O trabalho feito em aulas de Educação Física, pode auxiliar esse desenvolvimento.

Souza (2002, p.36), ao analisar a participação das pessoas com necessidades especiais em aulas de Educação Física Adaptada diz que:

A Educação Física voltada para o aluno com deficiência, mais conhecida como Educação Física Adaptada (EFA), conseguiu perceber os limites e possibilidades dessas pessoas e tem como diretriz trabalhar com as potencialidades dos alunos. Ainda assim, é uma prática segregacionista, pois acontece entre os portadores de deficiência e, no paradigma da inclusão, estamos falando de lidar com a diversidade em um mesmo contexto.

Em aulas de Educação Física pode se trabalhar atividades de cooperação e de socialização entre as crianças. Nessas atividades o professor pode incentivar a inclusão, mostrando que todos têm os mesmos direitos e também os significados do respeito mútuo, do amor ao próximo e da união. Esse é um dos grandes passos para a criança com deficiência não ficar sentada na arquibancada, ou simplesmente a fazer outra atividade extracurricular, enquanto a aula de Educação Física não termina.

Muitas crianças deficientes vão para escola com grande dose de inibição e até mesmo com tristeza por serem diferentes das demais. É importante para ela se sentir amada e respeitada, pois o seu direito de frequentar escola é líquido e certo. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1995, apud SANTOS 2003, p.50) “é dever do Estado assegurar à criança e adolescente o atendimento educacional especializados aos portadores de deficiência preferencialmente no ensino regular”

Nem sempre o professor de Educação Física está preparado para a inclusão e, muitas vezes, por medo, ou ignorância sobre o assunto, acaba por excluir a criança de necessidade especial. É preciso, pois, o docente ser instigado para a Inclusão.

Carvalho (1997, apud Santos 2003) realça que:

Mais urgente que a especialização, é a capacitação de todos os educadores. É preciso criar espaço para discussão de temas relacionados a mudanças de atitudes em face da diferença, conhecimento dos processos de desenvolvimento humano e aprendizagem, currículos e suas adaptações, trabalhos em grupos, entre outros (p.51).

A prática da atividade física é muito importante para toda criança, sem exceção, dado os benefícios resultantes tal qual os advindos das demais matérias, como português e matemática, entre outros.

A opinião dos adultos sobre a prática esportiva de crianças e adolescentes é unânime, ou seja, os pais não se opõem a que seus filhos pratiquem esporte. Além disso, em função da valorização da atividade física para a qualidade de vida, a tendência em considerar a prática esportiva tão importante quanto às atividades intelectuais tem crescido bastante nos últimos anos. Pesquisas têm demonstrado que os pais consideram a prática de esportes benéfica para a saúde e favorável ao rendimento escolar (FERRAZ, apud DE ROSE, 2002, p.25).

Essa posição aponta que a prática da atividade física pode trazer benefícios à criança dita “normal”, ou deficiente. A criança deficiente também pode apresentar resultados positivos no seu desenvolvimento tanto físico como intelectual. Os benefícios são diversos. De Rose (2002, p. 25) afirma que: atitudes de perseverança, de disciplina, de cooperação e de competitividade, na prática esportiva contribuem para o desenvolvimento do ser humano.

Essa afirmação nos faz pensar o quanto é importante ao PPNE ser incluídos nas aulas de Educação Física.

É significativo frisar a inclusão não fará o milagre da criança deficiente deixar de ter alguma necessidade especial. A questão está restrita a uma nova e necessária postura social que envolve o processo educacional.

Gadotti (1993, apud LEMOS, 2002, pp. 15-16) afirma:

Um dos grandes desafios dos educadores brasileiros, nos dias atuais é a busca de uma educação para todos que respeite a diversidade, as minorias, os direitos humanos, eliminando estereótipos e substituindo o conceito de igualdade das pessoas pelo de equidade, ou seja, pelo exercício da igualdade de direitos e o respeito às diferenças.

O PCN (1997) coloca que o desconhecimento, o receio, ou mesmo o preconceito, faz com que a maioria das crianças deficientes fique excluídas das aulas. A participação das mesmas nas aulas de Educação Física traz resultados significativos junto ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social.

Alguns cuidados têm que ser tomado pelo professor de Educação Física, como, por exemplo, analisar os diversos tipos e graus de limitações do deficientes. Também é preciso trabalhar em sintonia com um médico, fisioterapeuta e psicólogo, para o trabalho ser mais eficaz.

“A aula de educação Física pode favorecer a construção de uma atitude digna e de respeito próprio por parte do portador de deficiência física e a convivência com ele pode possibilitar a construção de atitudes de solidariedade, de respeito, de aceitação, sem preconceitos” (p.33).

Diante as colocações mencionadas, elaborou-se este estudo que tem por objetivo investigar a inclusão das pessoas com necessidades especiais nas aulas de Educação Física do ensino fundamental.

2. Objetivos

O Objetivo deste trabalho foi estudar os benefícios dos jogos cooperativos sobre a inclusão nas aulas de Educação Física do Ensino Fundamental.

3. Conclusões

Os jogos cooperativos são uma proposta pedagógica que contribui sobremaneira para a inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino fundamental.

A partir do estudo feito, pode-se concluir que os jogos cooperativos trabalham com valores que só tem a acrescentar na formação do aluno.

Uma das características fundamentais é a busca pelo resultado comum. O aluno é obrigado a unir-se a outro para alcançar um objetivo comum, a grande e mágica essência deste tipo de jogo. O aluno percebe que, mesmo com as diferenças encontradas em casa um, ele pode, de alguma forma, contribuir com sua parcela de participação.

O respeito ao próximo está embutido em todas as etapas da atividade, pois, nestes jogos, o importante não é competição em si, mas a cooperação de um com o outro. A cooperação tem o poder de colocar por terra posturas egoístas e preconceituosas. Por outro lado, a competição pura e simples pela por não propiciar oportunidade a todos, além do que o respeito às limitações pessoais não entra em jogo, já que os mais fortes e mais ágeis sempre se sobrepõem aos mais fracos. A competição embute a busca permanente pelo melhor rendimento em prejuízo ao menos habilidoso.

Os jogos cooperativos favorecem a alegria e a realização para a criança. Ao se reunirem elas são levadas a pensar, a formar estratégias coletivas – e importantíssimo – todos em busca de um objetivo comum, sejam “fracos”, ou “fortes”. O resultado aparece límpido e rápido: o aluno torna-se mais humano, o que propicia o nascimento de uma sociedade sem competitividade exacerbada e egoísta. Certo é que se o professor de Educação Física Escolar estiver sintonizado com as mudanças de comportamento de seus alunos, após algum tempo, terá a chance de observar que os jogos cooperativos podem -- e muito --

contribuir para acontecer a tão necessária e humana inclusão nas aulas educação física escolar.

Referências Bibliográficas

- AURÉLIO, B.H.F. Novo dicionário da língua portuguesa. 1ª edição, Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1975.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações Curriculares. Brasília: MEC/SEF/1997.
- BROTTO, F. O. Jogos cooperativos: se o importante é competir, o fundamental é cooperar. Santos: Re-novada, 1997.
- CALLADO, C. V. Atividades Físicas cooperativas, a pedagogia da cooperação na Educação Física. Revista Jogos Cooperativos, Sorocaba. Nº 2, ano I, p. 10-11, 2002.
- CORTELLA, M. S. Impacto dos valores e preconceitos na relação entre pessoas. Revista Jogos Cooperativos, Sorocaba, SP. Nº 06, ano II, p. 13-15, 2002.
- CORTEZ, R. N.C. Sonhando com a magia dos jogos cooperativos na escola. Revista Motriz, Rio Claro, Vol. 2, ano 1, p. 1-9, 1996.
- DE ROSE, D.J. Esporte e atividade física na infância e na adolescência – uma abordagem multidisciplinar. 1ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- FONTES, R.S. História da Educação especial no Brasil. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v.9, n.54, p.31-39, 2003.
- FALSARELLA, A. M. Preconceito da escola inclusiva. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v.8, n.46, p.31-37, 2002.
- LOPES, J. C. Educação para convivência e a cooperação. Revista Conexões, Campinas, SP, v. 3, n 1, 2005.
- MARTINI, R. G. Jogos Cooperativos na educação Física escolar. Revista Jogos Cooperativos, Sorocaba, n 1, ano III, p. 11-13, 2005.
- MATTOS, A.L. Aprendizagem com jogos cooperativos II. Revista Jogos Cooperativos, Sorocaba, SP, n.1, ano III, p. 9-10, 2005.

OLIVEIRA, C. B. Inclusão educacional: intenções do projeto em curso. *Revista brasileira de ciências do esporte*, Campinas, v.23, n.2, p.31-42, 2002.

PIMENTEL, G. G. A. Recriação dos jogos. *Revista Jogos Cooperativos*, Sorocaba, SP, n. 2, ano I, p. 13-15, 2002.

SANTOS, J.B. A Dialética da exclusão/inclusão na história da educação de alunos com deficiência. *Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v.11, n.17, p.27-44, 2002.

SOUSA, S.B. Educação Física Inclusiva: um grande desafio para o século XXI. *Integração*, Brasília, ano 14, Edição Especial, 2002.

SANTOS, R. A Formação de professores para a educação inclusiva. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v.09, n.49, p.49-53, 2003.

TEIXEIRA, M. Da rivalidade-competitiva ao humanismo-altruísta. *Revista Jogos Cooperativos*, Sorocaba, SP, n. 2, ano III, p. 5, 2003.